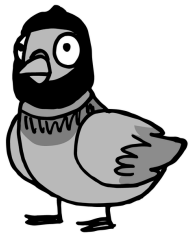
NÚMERO 25 16 NOV. 2026

A PASSARADA



JORNAL AUTÓNOMO DA ACAMPADA

REFORMA E REVOLUÇÃO NA ERA DAS ACAMPADAS

As acampadas são um animal estranho, difícil de classificar. Por um lado apresentam um quadro de demandas reformistas, por outro resistem às ordens da polícia. Por um lado reúnem com o "Senhor Presidente", por outro "querem tudo". Por um lado são acusadas de ser compostas por "meninos ricos", por outro reúnem um lúmpen metropolitano às margens de qualquer representação. No decorrer da acampada vimos militantes do BE formar grupos de afinidade e anarquistas contar votos, vimos trajados de capacete e revolucionários de babete, vimos a acampada a declarar o Rossio zona autónoma temporária e o estado a declarar o Rossio estado de excepção.

Como é que ficamos? As acampadas são reformistas ou revolucionárias? Como pode conviver o pedido a António José Seguro que vete um pacote de leis a partir da soberania presidencial com a afirmação inequívoca do desejo proletário de um "queremos tudo", incomensurável com a linguagem estatal de direitos e deveres?

Para (tentar) responder a essa questão é necessário pensar de onde vêm os termos "reforma" e "revolução", sem tentar fazer uma aula de história. Os termos só eram possibilidades opostas na medida em que partilhavam um objecto comum: o movimento operário dos séculos XIX e XX. Deveria este trabalhar dentro do estado liberal, organizando reformas estratégicas, até que fosse conquistada uma maioria operária dentro das instituições ou, pelo contrário, organizar-se para tomar o poder, impondo depois uma ditadura do proletariado, ou, em oposição, a abolição do estado?

Esse movimento operário era uma força titânica dentro do capitalismo clássico. Arrancado à terra, ele trouxe para o chão das fábricas as memórias das lutas rurais e a vontade selvagem de uma vida além da servidão ao senhor ou ao patrão. A concentração de milhares de trabalhadores desenraizados em locais de hiper-exploração criou um barril de pólvora social. O poder das instituições operárias do passado parece-nos hoje difícil de conceber, ele era vasto e contraditório, constituindo uma força político-cultural capaz de rivalizar com o mundo liberal ou religioso.

O "marxismo", mais devedor a Engels do que a Marx, afirmava que a expansão do capitalismo iria, simultaneamente, expandir e empobrecer a classe operária, chegando ao momento em que esta constituiria a maioria da população. Como concretizar esse poder? Em que consistiria esse outro modo de produzir e de viver? Ele iria abolir o capitalismo, mas qual era a natureza real desse capitalismo? Mil respostas, mas todas com uma certeza comum. Anarquistas, sociais-democratas, socialistas e comunistas acreditavam numa mesma coisa: estamos aqui, somos cada vez mais, o poder está à vista, temos um mundo novo a construir. A possibilidade de uma gestão operária do estado e da produção era real, fosse ela mais libertária ou mais estatal.

Mas essa maioria nunca aconteceu. Nem a classe operária se tornou totalmente hegemónica nem o capitalismo tornou todos mais pobres. O capital respondeu à expansão da classe com a automatização dos processos produtivos e respondeu às suas demandas com a criação do estado social e com a inclusão das instituições operárias na gestão conjunta da conflituosidade social.
A ideia de revolução nos países avançados tornou-se uma miragem cada vez mais distante. A última possibilidade real parecia residir no proletariado armado que tinha feito a resistência em França e Itália, mas os ditames da emergente tensão entre blocos geopolíticos rapidamente engavetaram essa hipótese. As revoluções continuaram, na periferia do império, e os movimentos revolucionários inspirados nelas surgiram um pouco por todo o lado. Nos anos 60 e 70 tudo pareceu de novo aberto, mas foi sol de pouca dura. Chegados aos anos [80?], o movimento operário revolucionário tinha desaparecido. As correntes reformistas, totalmente integradas no capital, pareciam ter vencido esse debate interno, até que nos últimos anos, pasme-se, foram totalmente aniquiladas. O despontar de pequenos focos de esperança aqui e ali (do Syriza a Mamdani) faz supor que hoje é o reformismo a viver o seu momento de histrionismo desesperado, um pouco como nos anos 70 se confundiam as Brigadas Vermelhas com o Exército Vermelho. À medida que o capital destruía esse mundo de revoltas operárias, que não eram senão o ponto de encontro entre as lutas rurais e a contracultura urbana, o reformismo tornou-se na ciência da gestão e a revolução tornou-se na arte da insurreição.
O que sobra dessas possibilidades clássicas de reforma e revolução? Pouco. Elas eram mais parecidas do que gostaríamos de supor. Não obstante as diferenças de método, ambas assentavam numa pressuposição comum. É possível uma gestão operária (anarquista, socialista, reformista) do processo produtivo moderno, é possível arrancá-lo ao capital. Mas esbarraram todos no mesmo rochedo: o processo produtivo moderno é o capital. As fábricas, o trabalho, a sociedade, as cidades não são dominadas pelo capitalismo. Elas são, hoje em dia, o capitalismo, na medida em que foram todas reorganizadas em sua função. Hoje, o capitalismo não é algo ali, além, simbolizado no corpo do patrão, do senhorio, do capataz, do polícia. Ele é algo presente aqui, na nossa carne, na nossa mente, nos nossos gestos, nos nossos desejos, nas nossas necessidades. Ele é simultaneamente aquilo que nos mata e que nos mantém vivos dentro da planificação dessa morte lenta.
Pensar algo para além do capitalismo não é, hoje, pensar no trabalho socialista ou na cidade anarquista, mas conspirar o modo como podemos destituir a função que cada um desses elementos joga na reprodução das relações sociais presentes.
O que sobra de experiência comum é precisamente esse estranhamento transversal ao mundo que nos rodeia. De um modo ou de outro, de forma mais material ou mais psíquica, todas intuímos uma hostilidade no sistema que nos odeia. Sabemos que o mero facto de estarmos vivas e de querermos viver é já um problema para eles. Que nos dê na tola sentar o cu no chão frio de uma qualquer praça para nos ouvirmos umas às outras dizer disparates em vez de estarmos coladas a um ecrã é já uma perigosa ameaça ao baixo nível de produtividade nacional que diariamente nos acenam como se fosse algo de que devêssemos ter vergonha. É impossível ouvir trinta segundos de notícias sem ter vontade de vomitar ante o mundo que temos à volta. E o pior nem é isso, é pensar que a vida, todos os anos de vida que ainda nos restam, vão ser assim, passados entre um desespero entediante e um cinismo masturbatório. O que temos para além disso é a possibilidade de falar dessa experiência comum, do que ela tem de precariedade material e existencial, e de a transformar em organização e em construção.
A dicotomia revolução e reforma não se estrutura a partir da questão do destino do trabalho abstracto como sucedia antes, em parte porque a valorização capitalista deixou de ter uma relação imediata com o trabalho e como tal este só indirectamente se materializa enquanto força social. Essa dicotomia persiste, mas à volta de outras questões, com outros problemas. Reformismo, hoje, é procurar ler as contradições materiais da nossa época a partir das formas ideológicas do passado. É procurar ler a possibilidade de um nosso comunismo e de um nosso anarquismo a partir das identidades históricas destas possibilidades. É ler a política a partir das facções ideológicas que se constituíram numa época onde o capital era um objecto exterior a esse movimento operário. É procurar desesperadamente uma exterioridade ao capitalismo na metodologia concreta de cada ideologia, seja ela a assembleia ou a afinidade, seja ela a comunidade ou a identidade. Revolução, hoje, é recuperar a ideia de que apenas as lutas, em todas as suas contradições, naquilo que contêm de ruptura e de imprevisibilidade, apresentam uma possibilidade de pensar além do desespero e da ideologia.

O que torna a acampada revolucionária é não ter ponta por onde se lhe pegue, é a sua impureza, é a tensão viva e eléctrica entre todas as suas formas de excesso e irracionalidade. É precisamente essa tensão entre forma anárquica e conteúdo cívico que é capaz de implodir a cristalização de ambos os campos. A acampada será reformista quando regressar ao campo da ortodoxia, de qualquer ortodoxia, e será revolucionária quanto mais longe levar esta dialéctica espúria entre demandas desesperadas pelo regresso de um pacto social em ruínas e o tímido e trapalhão ensaio de novas formas de antagonismo.
De outro modo, a acampada será um sucesso na medida em que nos conseguir apresentar, de modo concreto, feito de tendas e paletes, de escudos e de cartazes, aquilo que somos capazes de fazer para além de produzir ou não produzir mais-valia. Em termos mais explícitos, o sucesso da acampada dependerá das inovações tácticas que conseguir produzir. O que se joga nela é, finalmente, a possibilidade de reinventar a rua.

REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA (EXCERTOS) - LUNDI MATIN

Reflexão V
Uma manifestação não é um ritual simbólico. É uma prova de força, em que a população, que tem motivos para se revoltar, se depara, fisicamente, com as pessoas que são pagas para manter o mundo no estado deplorável em que o encontramos. Cada manifestação é a concretização da relação de forças entre aqueles que estão dispostos a correr riscos para mudar a situação e aqueles que são pagos para a manter. O problema das manifestações oficiais é que negam até a própria existência dessa relação de forças. Transmitem uma imagem do que é a vida, do que é a luta, que nos repugna. (...) Se «lutar» significa apenas desfilar, então lutar significa: ser passivo, repetir os mesmos gestos vezes sem conta e nunca correr riscos. Isso, além de ser falso, é intolerável. Só se começa a lutar a sério quando se deixa de ser inofensivo: isto pode parecer tautológico, mas todas as forças institucionais passam o tempo a afirmar o contrário. Os seus gestos, na rua, expressam apenas submissão.

Reflexão VI
A polícia mantém a ordem. Por ser um protesto contra a ordem das coisas, uma manifestação é, por natureza, um confronto contra a polícia, seja qual for a forma que assuma. Assim, ao cair da noite, há um vencedor e um vencido. Ou a polícia vence ou os manifestantes vencem. A polícia ganha quando tudo corre como previsto pelo poder. Os manifestantes ganham quando tudo não corre como previsto pelo poder. Assim, ganhamos em liberdade aquilo que conseguimos arrancar juntos ao controle da polícia. Ganhar é importante. Tanto para a construção da relação de forças como para os nossos laços e a nossa coragem. Muitas pessoas vêm manifestar-se como turistas, inconscientes do que está em jogo para que a manifestação ultrapasse os limites previstos. Essas pessoas podem ser palhaços simpáticos a dançar diante do corpo de intervenção ou vândalos indiferentes ao comportamento do cortejo. Não importa: são inofensivos.

Reflexão VII
Os agentes da polícia, para garantir que tudo corre como previsto, implementam dispositivos: cordões móveis, ruas bloqueadas, hordas da brigada de intervenção, etc. O que está em jogo no confronto, numa manifestação, é, portanto, o dispositivo policial: é preciso impedir que funcione, é preciso quebrá-lo. Não só existem mil dispositivos diferentes, como também existem mil maneiras diferentes de ultrapassar um mesmo dispositivo.

Da mesma forma, não há muito a dizer sobre uma manifestação em que o dispositivo policial não tenha sido posto em causa. É por isso que, na cobertura mediática de uma manifestação, só se fala das desordens. Só elas têm significado. Dizer que «ocorreram confrontos à margem da manifestação» faz tanto sentido como dizer «foram marcados golos à margem do campo de futebol».

Reflexão VIII
A destruição é a forma mais simples e mais óbvia de contornar um dispositivo policial. É também uma das menos interessantes e mais enfadonhas. O que a maioria dos discursos sobre os vândalos ignora é que estes, na maioria das vezes, prefeririam fazer outra coisa: romper as linhas policiais para libertar a manifestação, ocupar um edifício, partir numa manifestação espontânea, proteger barricadas, deixar graffittis inspiradores, etc. A destruição é, muitas vezes, um último recurso. É o grau zero da manifestação. A clássica marcha familiar e pacífica, por sua vez, nem sequer é uma manifestação: é uma operação policial.

Lundi Matin, Reflexions sur la violence, texto completo em https://lundi.am/Reflexions-sur-la-violence

